

## SOB A TUTELA DA MODERNIDADE: O OLHAR HIGIENIZADOR E O ESPAÇO ESCOLAR REPUBLICANO (SALVADOR, 1898-1920)\*

Leandro Morais da Luz  
Ione Celeste de Sousa \*\*

**Resumo:** *O presente artigo analisa as estratégias de implantação de um modelo de higienização da infância escolarizada concebido na Primeira República, na cidade de Salvador, entre os anos de 1898 a 1920. As campanhas de higienização da infância no Brasil estavam calcadas na idéia da criança como semente de regeneração dos problemas nacionais: da ignorância; do analfabetismo; das doenças que abatiam a população. Fizeram parte de ampla campanha de saneamento dos hábitos populares que buscou atingir toda sociedade, em especial as famílias pobres. Médicos, eugenistas, políticos e juristas tiveram a escola como ambiente propício ao disciplinamento e a conformação da infância aos imperativos da racionalidade eugênica. Nosso objetivo é compreender no processo de escolarização da infância, os interesses e ações da eugenia e da higiene medicalizadora sobre o espaço escolar.*

**Palavras-chave:** Escolarização; Infância; Higienização; Eugenia

### INTRODUÇÃO

O último quartel do século XIX foi marcado por grandes transformações e tensões de ordem social, econômica, política e cultural. Na virada deste século A “população brasileira” assistiu a uma série de mudanças, não somente na organização interna da nação que ora se constituía, mas também no cenário internacional.

Em Salvador, pessoas de diferentes origens ocupavam o mesmo espaço, todas desejando estar inseridas na urbe, na cidade, onde as possibilidades de trabalho e lazer eram maiores. Assim negros e brancos, pobres e ricos, disputavam as ruas apertadas e mal iluminadas da cidade. Salvador era, com ainda hoje, uma cidade de população heterogênea, marcada pela diversidade, devido a sua condição portuária e de entreposto comercial.

Este cenário estava longe de qualquer possibilidade de harmonia e tranqüilidade. Um verdadeiro “*animus novandi*” invadia a cidade, que se sentia na obrigação de acompanhar o “trem da história”, capitaneado pelas grandes cidades européias e brasileiras como o Rio de Janeiro e São Paulo, exemplos de progresso, civilidade e cultura urbana.

“Era necessário mudar” - o discurso de transformação estava presente em diversas instituições. Jornalistas, políticos, médicos, engenheiros, professores, entre outros atores sociais, figuravam o ideal de mutação urbana. Era necessário reescrever a história: precisava-se destruir o antigo traçado urbano, representado como mal planejado, marcado pelas ruas irregulares, estreitas e escuras; era preciso erigir grandes construções, fossem casas, ruas, edifícios. Os

---

\* Este artigo é fruto de minha monografia de graduação, defendida em junho de 2007 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UCSal. Agradeço aos membros da banca, professores José Augusto Ramos Luz e Maria Lia e à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ione Celeste de Sousa, pelas sugestões e orientações, as quais tentei somar no momento da elaboração deste trabalho. Porém, reconhecendo as possíveis limitações, assumo-as como sendo único responsável.

\*\* Leandro Morais da Luz – Graduando em História pela UCSal, e-mail: [moraisluz\\_leo@yahoo.com.br](mailto:moraisluz_leo@yahoo.com.br). – autor; Ione Celeste de Sousa (UCSal/UEFS), e-mail: [ionecjs@bol.com.br](mailto:ionecjs@bol.com.br) – Orientadora.

diversos discursos sugerem claramente a dimensão destes anseios: os jornais através dos seus textos inflamados e laudatórios, as teses de doutoramento da faculdade de medicina com suas idéias modernizantes e revolucionárias. Tudo parecia conspirar para o mesmo ideal de civilidade, mudança e evolução.

O momento que hora estudamos corresponde aos anos da Primeira República no estado da Bahia – *A Belle époque imperfeita*<sup>1</sup> -, período marcado por conflitos ideológicos, políticos e sociais, no qual se discutiu o destino de uma nova ordem social e política para a nação. Considerava-se necessário apagar da memória nacional temeroso passado colonial e reunir, sob o manto de uma mesma nação, uma população variada étnica e socialmente, com hábitos e modos de vivência extremamente distintos.

Assim, buscamos neste trabalho compreender as idéias de civilidade e modernidade que tomaram a infância e a escola como campos de atuação, especialmente os debates travados em torno da saúde, escolarização e higienização das crianças e dos hábitos da população.

## **A ESCOLA: MODELANDO A CRIANÇA, REMODELANDO A SOCIEDADE.**

A preocupação com a escola e sua condição higiênica e pedagógica não foi uma exclusividade republicana. Esse debate estava travado desde a segunda metade do século XIX, e adquiriu maiores repercussões sociais com os ideais republicanos. Ferreira, ao estudar as dissertações apresentadas pelos alunos da Escola Médico-Cirúrgica de Porto, na transição para o século XX, apontou que o interesse da medicina pela escolarização da infância é fruto deste momento de passagem, no qual o saber médico-higienista ocupou uma condição de hegemonia.

No início do século XX, a medicina encontra-se auto-suficiente e entende que deve protagonizar a reforma da sociedade. Só ela se [achava] em condições de compreender cientificamente o individuo e de agir em conformidade sobre ele (FERREIRA, 2003, p. 21).

Ainda sobre a relação entre o saber médico-higienista e a escola, Rocha (2003, p. 40) ressalta que o início republicano foi propício ao ingresso de práticas e concepções médicas no universo da escola, haja vista a “*poderosa colaboração [da escola] para o sucesso das campanhas que [visavam] combater endemias e epidemias*”. Costa (1999, p. 171-173), no entanto, entende que a apropriação da infância pelos médicos, legitimados pelo poder conferido pelo Estado, erigiu-se mediante uma série manobras teóricas, contra a vontade do meio familiar, entendida como entidade nociva a infância.

Assim, Umbelino Herácleo Muniz em 1886, alegava ser a “*higiene pedagógica uma questão de máxima delicadeza e urgência, e que visava assegurar o bem-estar do país*”<sup>2</sup>. Segundo este doutorando em medicina, as questões relativas a infância representava um objeto de particular interesse nos países “*mais adiantados*”, afinal, a “*creança é o germen do futuro cidadão*”<sup>3</sup>. Para ele, as questões sobre a conservação da saúde da infância deixava a desejar inclusive nos países considerados símbolos do progresso, quem dirá no Brasil, onde tudo não passava de palavras sem nenhuma eficácia, em termos de política.

<sup>1</sup> Termo cunhado por FERREIRA FILHO (2003) para caracterizar estes anos de tentativas inglória, de modernizar a Bahia, nos moldes “parisienses”.

<sup>2</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), MUNIZ Umbelino Heraclio. *Hygiene Pedagógica*. Tese de doutoramento apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia em 1886

<sup>3</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), MUNIZ, op. Cit., p. 26

Doze anos após os escritos de Umbelino Herácleo, formava-se também pela Faculdade de Medicina da Bahia o médico José Lopes Patury. Podemos afirmar que este recém-formado pela Faculdade de Medicina e Pharmacia da Bahia apresentou em sua dissertação “Hygiene Escolar” todas as angústias e desejos da moderna medicina sobre o espaço de vivência da infância republicana. Em suas palavras a escola era um “*aspecto tristemente desolador*” do nosso país. Mas afinal, o que desejavam os médicos para a escola e infância nacional? Assim justificava o tema de sua tese:

De todas as questões ventiladas na actualidade e discutidas entre os homens de sciencia, nenhuma de mais alta importância, de mais urgente e imperiosa necessidade, nenhuma mais reclama o curado estudo dos competentes, o valioso concurso do povo e a maior preocupação dos que nos governam, do que a que diz respeito á hygiene escolar.<sup>4</sup>

Para esses intelectuais o ideal de construção do indivíduo higienizado, tinha local específico no espaço escolar, afinal, lá concentrar-se-iam as oportunidades de fazer com que, desde pequeno, os sujeitos fossem esculpidos nos padrões de perfeição física e social. A eugenia surgia, neste contexto, como forma de colaborar com o desenvolvimento de uma nação de fortes. Tratava-se de uma ciência aplicada à melhoria da herança genética humana que incidia em um irreal modelo de raças perfeitas e evoluídas socialmente. Presente, tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX, no meio social e científico a idéia de hereditariedade das virtudes e mazelas humanas. A eugenia e a higienização continuavam andando juntas.

A noção eugênica da sociedade buscava evitar a multiplicação dos fatores considerados inconvenientes à evolução harmônica da sociedade, pelo disciplinamento dos casamentos e pela extinção e controle do conjunto de indivíduos vistos como perigosos, no qual incluíam-se negros, desocupados e doentes em geral (MARQUES, 1994, p. 25-46).

A idéia republicana de progresso da nação estava alicerçada sobre dois objetivos: a necessidade de unificação da raça nacional e a urgência de boa educação. Assim, o desejo de melhorar a educação pública nacional andava de mãos dadas com a idéia de melhoramento da raça. O olhar higienista sobre a escola almejava a construção de um adulto perfeito. Isso somente poderia ser conquistado mediante a limpeza do físico e do intelecto, voltada à consolidação de uma nação de notáveis e fortes, através da disseminação de verdades sobre o corpo, a moral e a família.

A escola, como estava configurada, com péssimas condições de edificações e materiais escolares (SOUSA, 2006, p. 155), era vista naquele momento como uma fábrica de doentes, que pela concepção darwinista em voga à época, seriam transmitidas às futuras gerações, criando assim um exército de inválidos à nação. Desta forma, era preciso higienizar a escola. O condutor nesta viagem ao ideal de espaço escolar republicano, Dr. José Lopes Patury, definiu higiene escolar como:

conjunto de precauções e medidas preventivas, auxiliadas por methodo claro, e racional de modo a *garantir na criança o desenvolvimento de suas faculdades physicas, moral e intelectual tornando-a forte, dócil e instruída*, e assegurando assim á sua pátria a *civilização e o progresso*<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), PATURY, José Lopes. *Hygiene Escolar*. Tese de doutoramento apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia em 1898, p. 4

<sup>5</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), PATURY, op.cit., p. 5, *grifo nosso*

A infância escolarizada foi objeto de muitas das ações médicas na sociedade republicana. A medicina higienista afirmou várias “verdades” sobre o ambiente escolar, e buscava disciplinar as construções, mobiliários, leituras, vestimentas, posturas, atividades físicas, alimentação, entre outros elementos constituidores da cultura escolar. A idéia, retomada do império, era construir um adulto saudável, moralizado e civilizado<sup>6</sup>, e uma série de intervenções capitaneadas pela elite intelectual, com forte apoio do Estado. A criação de uma série de estruturas estatal e paraestatal foi uma consequência direta desta nova compreensão sobre o espaço escolar, como a Diretoria de Higiene Escolar e o Instituto de Proteção a Infância.

A associação da medicina com a escola combinava o anseio de resolução de dois graves problemas sociais republicanos, quais sejam, o analfabetismo e as doenças que solapavam a integridade do cidadão/trabalhador.

Não era possível ter uma nação forte e desenvolvida com uma população amorfa e doentia” por isto a escola tornou-se o principal instrumento da utopia republicana de civilização para o progresso que se traduzia, na modernidade, num instrumento de normatização social, numa utopia política por formar cidadãos livres e com autonomia de vontade<sup>7</sup>.

Essa preocupação com infância, neste contexto de reformas orientados pela higiene, pedagogia e medicina-eugênica, visava à socialização das crianças numa estrutura capitalista de trabalho e cultura. O Estado, instrumentalizado pela medicina-higiênica, deveria cuidar de disseminar na sociedade essa nova compreensão sobre a infância, como sujeitos pertencentes à esfera pública e responsáveis pelo futuro da nação. Além disto, vigorava no imaginário científico, a “*concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instalação de hábitos*” (COSTA, 1999, p.174). Essa noção, sem dúvidas, permitiu em grande medida a manipulação da infância pelos médicos.

A higiene pedagógica promoveu diversas mudanças na esfera educacional, reformando currículos, incluindo ou excluindo práticas escolares, matérias, etc. A preocupação republicana com a infância dava-se nas áreas intelectual, moral e física. Essa nova compreensão de infância definiu um novo e central papel da escola na sociedade atribuindo-lhe novos objetivos. Para Carvalho, a escola representou a possibilidade de adequar e conformar os indivíduos numa nova, perversa hierarquia social, negando-lhes a possibilidade de ascensão social (CARVALHO, 2002, p. 115-120).

A crença no progresso e evolução através da escola foi o “motor” deste novo modelo sociedade. Esperava-se da criança a proteção da ordem republicana, na qual não havia espaço para ociosidade, preguiça, doença e ignorância. Essa idéia estava expressa no rígido controle do tempo e das atividades<sup>8</sup>. Gélis (1991, p. 176), afirma que neste modelo de educação autoritária

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto ver, entre outros: COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. *O ensino primário na Bahia*. Tese de Doutorado em Educação. Salvador, FAGED, 1997.; VIDAL, Diana G. *Culturas escolares*. Campinas, SP: Autores Associados; 2005; SOUSA, I.C. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: PUC/SP, 2006.

<sup>7</sup> LUZ, José Augusto Ramos. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: *Congresso Brasileira de História da Educação*, II., 2002, Natal. *Anais...* Natal: Editora do Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.1 CD-ROM

<sup>8</sup> Costa, informa que para as elites o controle do tempo representava um combate à ociosidade, que uma vez permitido poderia levar a vagabundagem ou capoeiragem, tão temidos e danosos ao desenvolvimento físico e intelectual e, sobretudo moral. (c.f: COSTA, 1999, p. 183) SOUSA, ao tratar da escolarização dos pobres, na Bahia oitocentista inspirada em E. P. Thompson, aponta à importância fundamental do relógio na configuração do tempo – escolar (c.f: SOUSA, op. Cit., Capítulo III)

“a aprendizagem da civilidade desempenha um papel essencial, na medida em que permite, ao mesmo tempo, disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo”. Contudo, a escola desejada pela modernidade, era não somente um espaço de socialização, mas também de disciplinarização exercido por meio dos trabalhos manuais e atividades físicas.

Assim, a medicina chamou para si a responsabilidade da formação de sujeitos sadios e disciplinados, dispostos a fortalecerem o crescimento da nação. Afinal, o novo homem republicano, sonhado pela elite nacional, nasceria nas instituições escolares.

## “A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ERA”: OS PRÉDIOS ESCOLARES OFICIAIS

A inclusão da educação no interior das preocupações médicas refletiu-se diretamente na questão da lógica da organização do espaço escolar. Os primeiros anos da República deram continuidade às práticas de escolarização do Estado Imperial, no qual não existiam prédios escolares próprios<sup>9</sup>. Os relatórios da Instrução Pública denunciavam a desorganização dos espaços físicos que abrigavam as escolas. Até o fim do século XIX não havia a determinação de prédios específicos para a prestação do serviço escolar. Existia uma rede de escolarização que geralmente era abrigada nas casas de professores, mesmo os públicos, ou de proprietários rurais. Neste caso tinham uma clientela muito específica composta por seus filhos, filhos de vizinhos, amigos e parentes.

No entanto, é válido ressaltar que no caso da Bahia, existiu a oferta de ensino público na casa dos professores, com seus rendimentos pagos pelo Estado, diferentemente do que apontam as pesquisas realizadas para Minas Gerais, por Faria Filho (2003), na qual a remuneração dos professores era paga pelos seus contratantes. No transcurso do século XIX é evidente nas fontes o interesse do governo na criação de prédios públicos e específicos para a prestação do serviço escolar, que surge como uma preocupação higienista dos espaços escolares. Segundo Faria Filho (2003, p. 146), inspirado em Ialmar Mattos, isto pode ser visto como a luta do Estado contra o governo da casa,<sup>10</sup> uma vez que, esta última, representava tradições, a cultura doméstica e dificultava o disciplinamento das novas gerações.

Esse ideal de unificação da educação sob o manto do Estado tornou-se mais intenso nos primeiros anos da República. Cabia ao poder público fortalecer a escola, dar-lhe um novo papel na sociedade. Para tanto, foi fundamental a organização espacial da própria instituição. Ventilação, iluminação, umidade, localização passaram a ser critérios fundamentais para a construção de novas escolas. Todas estas exigências, fruto das preocupações higienistas sobre a cidade, visavam à edificação de verdadeiros templos do saber, capaz de educar os jovens sem degenerar sua saúde. Para muitos médicos, as condições físicas da escola eram responsáveis por muitas doenças, como

deteriorações anotomo-patológicas: curvatura lateral da columna vertebral, derreamento das espáduas, compressão exagerada dos órgãos digestivos pela

---

<sup>9</sup> “na Bahia quanto às escolas, só em 1881 foi iniciada a construção do primeiro edifício escolar especialmente para este uso, o da Freguesia de São Pedro, logo apropriado pelo Governo Provincial para funcionar o Externato Normal dos Homens” (C.f.: SOUSA, 2006, p. 205) Ver NUNES, sobre o número de escolas públicas e colégios particulares no mesmo período. (NUNES, A. de A. *Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal*. Tese de Doutorado em Educação. Salvador: FAGED/ UFBA, 2003)

<sup>10</sup>Esta discussão sobre casa, Estado, povo é magistralmente inaugurada por MATTOS, Ialmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hincitec, 1986

costellas e do aparelho respiratório, frequencia da congestões rebeladas pelas hemorragias nasaes, lesões da vista e varias outras deformações organicas.<sup>11</sup>

Afirmavam que a escola republicana era uma “máquina de fazer doentes”. Algumas eram denunciadas como verdadeiros focos de infecção, ameaçando a saúde física dos alunos.

a instrução e a hygiene vivem ainda entre nós como creações bastardas, mal acclimadas na nossa organização política e administrativa, enfesadas e rachiticas, em clamorosa e abandonada mendicidade, máo grado a proteção platonica que lhes dispensaram os os espiritos mais cultos<sup>12</sup>

A esperança de modificação desta realidade estava consolidada em um projeto ambicioso: destruição, reforma e construção de escolas, que expressasse as preocupações com o desenvolvimento físico, mental e intelectual dos alunos. Afinal, a *“a instrução e a hygiene são as primeiras necessidades do povo, e não há paiz civilisado em que não esteja radicada a comprehensão e a pratica d’esta verdade”*<sup>13</sup>

Em nome deste projeto de organização do ensino e constituição de uma nação dotada de perfeição física e mental, foi criada uma nova estrutura de fiscalização e inspeção, que ficou a cargo da *Comissão de Higiene da Superintendência do Conselho Superior de Ensino*. Esta comissão de “hygiene” possuía o dever de estudar, planejar e aprovar projetos de construção de novas escolas, além de fiscalizar as mesmas no que se refere ao mobiliário, localização, métodos e materiais de ensino. Os médicos diretores de cada Departamento Escolar cumulavam poderes e saberes de outras áreas como engenharia e pedagogia.

As novas escolas, de acordo com as exigências higiênicas, deveriam ser localizadas o mais próximo possível da população escolar, garantindo acesso fácil e seguro<sup>14</sup>. Porém, não era permitida a edificação de escolas próximas a centros comerciais, cemitérios ou fábricas insalubres e perigosos. O anseio era a criação de um espaço minimamente confortável, que assegurasse a concentração do jovem aprendiz. Os ditames dessas novas construções exigiam, além do isolamento acima, que deveriam ter um afastamento de outras construções vizinhas, cuja *“largura [fosse] a dupla altura da casa mais alta”*<sup>15</sup>. A iluminação natural foi uma das grandes preocupações dos defensores da escola higiênica. A posição das carteiras, “quadro-negro” e janelas eram vistas como fundamentais para evitar novos casos de miopia, que abatia a infância e que, segundo a concepção eugênica, seriam transmitidos aos filhos, criando uma nação de infelizes e defeituosos.

a sala da escola deve ser sufficientemente clara em toda a extensão, de modo que os alumnos não sejam constrangidos, durante a leitura e a escripta, a approximar muito os olhos do livro ou do papel, para bem distinguir os caracteres<sup>16</sup>

<sup>11</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), MUNIZ, Umbelino Heraclio. *Hygiene Pedagógica*. Tese de doutoramento apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia em 1886, p. 12

<sup>12</sup> Gazeta Médica da Bahia, Ano XXX, Serie V, Vol. II, Abril de 1899, Numero 10, p. 435

<sup>13</sup> Gazeta Médica da Bahia, Ano XXX, serie V, Vol. II, Abril de 1899, Numero 10

<sup>14</sup> SOUSA (2006), apontou os problemas referentes ao deslocamento dos alunos à escola, instaladas de conveniencia aos interesses dos professores

<sup>15</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor republicano, Secretária de Governo, Cx. 1761, Doc. 1755

<sup>16</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor republicano, Secretária de Governo, Cx. 1761, Doc. 1755

O lazer e o trabalho estavam presentes, também, nas preocupações da medicina com o espaço escolar. Toda escola deveria ter jardins decorativos, ou horto, para exercícios de horticultura e jardinagem, áreas de recreio, com cobertura e ventilação para atividades físicas no inverno. Para aquelas adstritas ao espaço urbano, especialmente as localizadas nos centros industriais, deveriam ser organizadas pequenas oficinas, para o exercício em atividades laboriosas manuais, afinal, a ociosidade não traria benefícios à sociedade. Estas atividades possibilitavam aos alunos um momento de descanso do “*espírito fatigado pelos trabalhos mentais, e adquirindo destreza e agilidade que os [preparassem] para profissões úteis*”<sup>17</sup>. Essa continuidade, além de inculcar a dinâmica do trabalho na rotina escolar, ofereceria aos alunos a compreensão da dinâmica social e do papel atribuído a cada sujeito nesta estrutura. Pelo menos, este era o sonho acalentado pelas elites.

Os professores não saíram ilesos destas novas exigências sobre a escola. Escola, aluno e professor deveriam ser acompanhados pela medicina higiênico-escolar. A higiene do mestre deveria ser observada nos aspectos físicos e mentais. Os adultos eram potenciais agentes infecciosos no ambiente escolar: doenças como a tuberculose eram desenvolvidas em maior proporção pelos adultos, que tinham a capacidade de transmitir o mal para dezenas de alunos no espaço escolar. A vigilância médica deveria ser periódica, examinando, avaliando, vacinando todos que transitavam pela escola.

O dever de fiscalização dos professores também foi ampliado. O que antes se restringia a observação da condução da moral, passará também a ser exercido sobre o físico. Coube, aos “mestres da sala de aula”, corrigir posturas e atitudes durante as atividades da sala de aula, como leitura e escrita, bem como fiscalizar a higiene corporal na chegada dos mesmos para a atividade escolar e após o recreio<sup>18</sup>. As exigências deveriam ser dosadas com precisão, não era conveniente desejar do aluno a imobilidade quase absoluta, assim como, não era bom permitir o relaxamento completo do corpo, favorecendo o costume de posturas viciosas. Uma boa postura era fundamental, evitava os males da degeneração do corpo.

A “dosimetria” deveria estar presente na rotina da escola. Descanso e trabalho; atividade física e intelectual; rigidez e flexibilidade, deveriam ser administrados da melhor forma possível sem ceder demais a um ou outro. Os atrasados e débeis deveriam também receber atenção da escola “*a natureza do ensino nunca [deveria] exceder o alcance intelectual d’aqueles a quem é ministrado*”<sup>19</sup>

Esse novo código de posturas corporais teve no mobiliário um elemento de renovação. Posturas viciosas deveriam ser reprimidas para evitar a degeneração do corpo em formação. Dr.

<sup>17</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor republicano, Secretária de Governo, Cx. 1761, Doc. 1755

<sup>18</sup> Gazeta Médica da Bahia, Ano XXV, serie IV, Vol. IV, Dezembro de 1893, Numero 06, p. 263-264. Nas escolas do período imperial tais “inspeções” já eram efetuadas, sem um caráter higiênico-madicalizado, e sim moral. Ver entre outros: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthhia Greive. (org). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; SOUSA, Ione Celeste de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: PUC/SP, 2006; VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As Lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006; PERES, Eliane. Os cursos masculinos de instrução pública primária da Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Pelotas, RS: *Cadernos de Educação*. FaE/ UFPel, (6):41-70, jan/jun, 1996; SCHULLER, Alessandra. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889): notas de pesquisa*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-36--Int.rtf>. Acesso: 20 março 2007

<sup>19</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor republicano, Secretária de Governo, Cx. 1761, Doc. 1755. Ver trabalhos de Alípio Franca, adaptação de Maria Montessori sobre as escolas para “crianças dementes”

Patury afirmava que as “*mobílias deve ser adequada ao fim que se propoem, subordinando-se a construção às leis da physiologia e hygiene*”<sup>20</sup>. As carteiras das escolas deveriam seguir um padrão único, garantindo assim uma boa postura do usuário.

As dimensões deste mobiliário, imprescindível à atividade escolar, passaram a seguir um rígido padrão de medidas de acordo com o grupo escolar ao qual se destinava. Os grupos eram divididos em cinco categorias, que levavam em consideração a estatura dos alunos. Altura do banco, inclinação do encosto, largura da mesa estavam baseadas nos mais modernos preceitos da antropometria. A idéia de construção deste tipo de mobiliário surgiu nos EUA, em 1854, e visava garantir a postura correta dos alunos e um melhor uso do espaço físico da sala de aula.

As leituras dos médicos higienistas escolares sobre o corpo estavam baseadas no determinismo do meio e na concepção maquinista do corpo. Em consequência, latente uma preocupação do uso e dos costumes que se impregnavam no corpo. A mensuração do corpo e das capacidades físicas apresentava-se como uma grande oportunidade dos profissionais da higiene para distinguir os sujeitos inseridos no espaço escolar. Era uma maneira de selecionar, segregar e qualificar os alunos, constituindo uma sociedade dos méritos, na qual não haveria espaços para igualdade.

Ainda segundo os preceitos de higiene escolar, a escola deveria oferecer água limpa e em grande quantidade. As refeições não deveriam ser realizadas próximas às salas de aula, as classes deviam ser sempre muito arejadas com a abertura das janelas. A limpeza realizada por meio de um pano ou esponja molhada e periodicamente com uma lavagem em água abundante<sup>21</sup>.

Os casos de contaminação ou manifestação de qualquer tipo de sintoma que denotasse doenças, como febre, por exemplo, deveriam ter um minucioso acompanhamento por parte dos médicos e professores. O afastamento da criança era inquestionável, em alguns casos por uma quarentena. As famílias eram orientadas sobre o tratamento, e o retorno estava condicionado a uma perícia médica, podendo se estender a toda a família, em caso de doenças mais graves. Além de todos estes procedimentos, o que exigia mais cuidado era a desinfecção do ambiente, em caso de moléstia contagiosa. Lavar paredes, mesas e chão com solução anti-séptica, incinerar livros, cadernos, brinquedos e objetos utilizados pelo contaminado.

As medidas parecem extremas, é preciso relativizar para apreender os significados de algumas práticas. Estamos falando de um momento que muito pouco se sabia sobre a etiologia das formas de contágio. Então, todo cuidado parecia pouco, dada a gravidade do inimigo. Para o médico B. A. autor do artigo “Hygiene Escolar”

se compararmos este bem entendido desveilo que tem a administração franceza pela população escolar com o que se passa aqui, não podemos deixar de lamentar a nossa incutia, desmazelo e inferioridade em assumptos de tanta importância De que foi que já se serviram o governo federal ou estadual, as autoridades sanitarias e as da instrucção para garantir, zelar e proteger a vida, e a saude das creanças que enchem as escolas, lyceos e coliegios?<sup>22</sup>.

A comparação entre Brasil – França para o momento era oportuna, afinal, a França era o parâmetro a ser conquistado. Estava no auge das civilizações, um exemplo a ser perseguido. No entanto, Salvador, e quem sabe o Brasil, estava distante deste idealizado desenvolvimento das políticas higiênicas. “*A difusão da educação era uma condição indelével ao aumento da*

<sup>20</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), PATURY, José Lopes. *Hygiene Escolar*. Tese de doutoramento apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia em 1898, p. 75

<sup>21</sup> Gazeta Médica da Bahia, Ano XXV, serie IV, Vol. IV, Dezembro de 1893, Numero 06, p. 263-264

<sup>22</sup> Gazeta Médica da Bahia, Ano XXV, serie IV, Vol. IV, Dezembro de 1893, Numero 06, p. 263-264

*prosperidade nacional e do desenvolvimento da civilização*”<sup>23</sup>. Porém, a realidade era distinta: as construções próprias eram raras, a escola era feita por qualquer um, sem nenhuma preocupação. Era o que reclamava Dr. Patury, e completava dizendo: “*não se procura, pelo menos, alugar uma casa, cujas condições se aproximem mais ou menos das exigidas pela higiene escolar*”<sup>24</sup>.

Segundo Dr. Patury, a escolha do terreno ideal para a construção da escola deveria obedecer a um rigoroso critério topográfico. Deveria ser em local elevado e arejado para evitar os ares quentes favoráveis a poluição e propagação de miasmas, os terrenos úmidos deveriam ser evitados pois, “*os líquidos sobem por capillaridades, pelos alicerces e paredes do edifício estragam os materiais e cotaminam a saúde*”<sup>25</sup>. Fazia-se também recomendações negativas sobre os terrenos argilosos, húmus ou de pântanos devido aos seus prejuízos à população escolar, fosse quanto à porosidade ou à emanção de cheiros desagradáveis. Os materiais usados na construção também deveriam ser bem escolhidos, de modo que fossem leves, secos e resistentes. A arquitetura, decoração interna e externa deveria possibilitar aos alunos uma lição de beleza e bom gosto. Tudo deveria seguir um padrão de medidas e uniformidade: espaços, cores, alturas das salas. Chegava-se a calcular a quantidade de oxigênio consumido e gases expelidos na respiração na hora de determinar as dimensões das salas de aula.

Em Salvador existiu uma escola que seguiu os padrões de “higiene”. Foi o Grupo Escolar Ruy Barbosa, construído pelo empresário Luís Tarquínio; a escola foi construída nas imediações da Vila Operária, e estava dirigida aos filhos dos seus empregados do complexo industrial, estando dentro de todos os padrões internacionais de higiene e civilidade. A preocupação do industrial com a infância motivou também a construção da Creche Leopoldo José da Silva. Longe do que parece, o projeto médico-higienista não se limitou a criar convenções e regras para a construção e reformas de escolas. Foi além: buscou também erigir verdades sobre o corpo. Os alunos foram vistos como projetos de adultos que deveriam ser pré-modelados. Vislumbrava-se a construção de uma sociedade mais disciplinada e pronta para trabalho, via corpos atléticos, saudáveis e obedientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações dos médicos-higienistas na esfera escolar almejavam conquistar três grandes objetivos: constituir uma nação de fortes e saudáveis fisicamente; adaptar os jovens ao exercício da produção econômica por meio da pedagogia do trabalho; e por último, remodelar o corpo social através do modelamento do corpo individual. Vislumbrava-se, neste sentido, a consolidação do Brasil na órbita das grandes nações.

Estas propostas da medicina higiênica-escolar para infância estavam legitimadas pela afirmação da cientificidade dos médicos, vistos como arautos da modernidade, conferindo-lhes inclusive uma autoridade política, cujo ápice foi conquistado na República. O espaço escolar higienizado, no qual tudo deveria ser planejado e calculado, visava garantir uma sociedade limpa e moderna, diferente da sociedade colonial, vista como aquela na qual a desordem era a única ordem. No entanto, na prática esse discurso republicano da ciência médica sobre a escola não garantiu grandes efeitos práticos, pelo menos, no que circunscreve a construção de novas escolas dentro dos padrões de higiene. A documentação evidencia uma contradição entre o que foi sonhado pela medicina e o que foi possível realizar nas escolas pelos médicos. Os artigos

<sup>23</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor Republicana, Secretária de Governo, Livro 1755, p. 1234

<sup>24</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), PATURY, op. cit., p. 32

<sup>25</sup> ARQUIVO DO MEMORIAL DE MEDICINA (AMM), PATURY, op. Cit., p 45

publicados na Gazeta Médica da Bahia nos indicam sobre as disposições arquitetônicas, que poucas foram às escolas que se enquadraram nos padrões internacionalmente definidos para um país moderno e civilizado, defendidos pelos homens da ciência. Os médicos, especialistas recém-formados na Faculdade Baiana de Medicina, deixam claro em suas análises esse antagonismo entre o recomendável pela ciência para a escola e a realidade encontrada, na qual os preceitos de higiene na arquitetura eram minimamente seguidos.

A esse respeito, os desejos de uma escola moderna não significaram necessariamente investimentos financeiros mais eficazes<sup>26</sup>, apesar da estratégia estadual de criar o “*imposto de capitação para o fundo escolar*”<sup>27</sup>, cobrado a cada “*individu[os] varão, nacional ou estrangeiro, maior de vinte e um annos que viver do seo trabalho ou de suas rendas*”<sup>28</sup>. O discurso higienista alastrou-se em todos os ambientes. Onde quer que circulasse o povo, lá estaria um projeto, uma medida ou idéia higienizadora. A escola não fugiria dos ideais e projetos inovadores e modernos dos médicos, políticos e educadores, seduzidos pela possibilidade de construção de uma nação moderna e civilizada. Assim, buscamos apresentar o espaço escolar em meio ao furor destes discursos inovadores da medicina higienista, nos quais crianças representaram a possibilidade de regenerar uma nação de um passado atrasado e inferiorizado. Neste sentido, fazia-se imprescindível instruí-las, civilizá-las, ordená-las e, acima de tudo, higienizá-las. Afinal elas – as crianças –, seriam os futuros trabalhadores e a força motriz do progresso e da prosperidade da nação.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4º ed, Rio de Janeiro: Graal. 1999
- CARVALHO, Marta M<sup>a</sup> Chagas. Reformas da Instrução Pública In: LOPES, Eliane Marta; FARIA DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986
- FERREIRA, António Gomes. Higiene e controlo médico da infância e da escola. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 9-24, abril 2003
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador, 1890-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003 (centro de Estudos Baianos: 152)
- FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 35-53.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98

---

<sup>26</sup> Gazeta Medica da Bahia, Anno XXV, Número 06, Serie IV, Volume IV, dez/1893

<sup>27</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Setor Republicano, Fundo de Instrução Pública, Cx. 1755, 1890

<sup>28</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Loc. Cit.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 25-38, abril 2003a

\_\_\_\_\_. Medicina, Higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthhia Greive. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b, p. 519-550

\_\_\_\_\_. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância In: FREITAS, Marcos César; KUHLMANN, Moyses (org). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org). **História da Vida Privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.311-330

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se... Idéias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916**. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGH, UFBA, 1996

LUZ, José Augusto Ramos. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. II., 2002, Natal. *Anais...* Natal: Editora do Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.1 CD-ROM

MARQUES, Vera Regina. **A Medicalização da Raça: Médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, V.23, n. 59, p. 39-56, abril 2003

RODRIGUES, Andréia da Rocha. **A Infância esquecida: Salvador, 1900-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003 (Centro de Estudos Baianos : 153)

SOUSA, I. C. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890**. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: PUC/SP, 2006.